

CLIPPING

15 de julho de 2018

O Liberal – Atualidades, 8

Educação infantil sob avaliação em 2019

MEC

Especialista diz que é preciso avaliar a qualidade do serviço oferecido às crianças

CLEIDE MAGALHÃES
Da Redação

O Brasil conta com 3,186 milhões de crianças matriculadas em creches federal, estadual, municipal e privada na área urbana. E mais 220,2 mil pequenos e pequenas matriculados na zona rural. No Pará, 58.536 crianças estão matriculadas nos centros urbanos, das quais 48.276 em creche municipal e 10.260 privada. Na área rural paraense estão 12.581 meninos e meninas matriculados em creches, 14 das quais estadual, 12.520 municipal e 47 privadas. Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. De acordo com a Prefeitura de Belém, este ano, estão matriculadas na rede municipal 21 mil crianças, entre 0 e 5 anos. Porém, chamada pública detectou que 6.500 crianças ainda estavam fora da educação infantil no município, há quatro anos. Em 2018, nova chamada será feita.

As creches fazem parte da educação infantil e, de forma inédita, o Ministério da Educação afirmou, na semana passada, que quer assumir, "de uma vez por todas", a educação infantil como prioridade de ação estatal e vai avaliá-la a partir do próximo ano, por meio Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Com a inclusão da educação infantil, o Saeb passa a avaliar todo o percurso regular da educação básica. A educação infantil é uma fase que envolve crianças de 0 a 6 anos de idade, considerada a primeira etapa da educação básica e objetiva o desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o

cognitivo, mas também o físico e o socioemocional. Ela está dividida em dois segmentos: creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses).

Professora da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde trabalha com disciplinas voltadas à formação dos professores da educação infantil, Celi Bahia enfatiza que avaliar a educação infantil é importante e necessário, mas não pode ser sinônimo de avaliar a criança nessa fase.

"É fundamental que o MEC avalie a educação que está sendo oferecida às crianças, até porque dá bases às políticas da educação infantil; avaliar a criança sem analisar a qualidade da oferta é um equívoco e, principalmente, contraria a lei, porque existem proble-

mas de ordem social, como desigualdades gritantes. A intenção não pode ser individualizar as práticas para não rotular os professores e diretores. É necessário conhecer as práticas, o trabalho deles para saber quais as necessidades, para poder fazer um trabalho de qualidade. Ficamos a nos perguntar: qual é o objetivo de fazer essa avaliação? Pode ser positivo, se for para aferir a qualidade da oferta e isso resultar em políticas públicas. Mas estamos inseguros com as propostas do atual governo e não podemos ser ingênuos com isso", disse a pedagoga.

Ainda segundo ela, a questão envolve também que o governo federal invista na criação de políticas para que materiais cheguem na educação infantil. "Na educação infantil não se trabalha com livros didáticos, mas há interesses do mercado editorial - o que contraria a Lei de Diretrizes Básicas e diretrizes curriculares. O MEC tem que fazer é com que livros e brinquedos cheguem na educação infantil, conhecer, investir na estrutura física dos espaços e ampliar o número de vagas, porque ainda existem crianças fora da escola, já que ainda existe déficit na educação infantil. Isso, sim, é fazer política ao encontro do que pode ser o problema e garantir o direito das crianças e dos profissionais que atuam nessa faixa etária. A educação infantil ofertada em muitos lugares ainda é de última categoria", enfatizou Celi Bahia, que é doutora em Psicologia.

O Inep diz que a avaliação visa a "colocar a educação infantil no radar dos gestores públicos, para que essa etapa

receba a atenção que merece, sobretudo em razão de sua importância para o desenvolvimento das nossas crianças". Ainda segundo o Inep, afirmar esse compromisso não apenas reforça o cumprimento da Emenda Constitucional n.º 59/2009, que tornou obrigatória a matrícula de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, como também cumpre a estratégia 1.6 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014).

"O Inep não irá aplicar testes cognitivos às crianças. Serão aplicados questionários aos dirigentes, diretores e professores para aferir aspectos qualitativos da educação infantil praticada no Brasil, bem como pela coleta de dados de infraestrutura, fluxo e formação de professores a partir do Censo Escolar. Por exemplo, o Inep quer conhecer mais sobre os

"Estamos inseguros com as propostas do atual governo", diz especialista

materiais pedagógicos disponíveis e utilizados, as práticas pedagógicas adotadas, a qualidade da infraestrutura disponível", esclareceu o Instituto.

Ao considerar que pesquisas mostram que a qualidade da educação infantil ofertada às crianças, de 0 a 5 anos, está diretamente relacionada ao sucesso destas na continuidade de sua vida escolar, a Secretaria de Educação de Belém (Semec) afirmou compreender que "a avaliação institucional manifesta-se como instrumento diagnóstico do nível de qualidade". Entretanto, continuou a Secretaria, "é preciso avaliar o contexto das instituições que ofertam a educação infantil em nosso país, pois ele é muito diverso, incluindo, instituições coletivas de educação infantil públicas e privadas". As avaliações do Saeb são facultativas para as escolas particulares, "mas o governo federal espera ampliar e contar com uma participação cada vez maior das instituições privadas", disse o Inep.



EMEI do Tapanã é um dos espaços de educação infantil inaugurado recentemente pela Prefeitura de Belém